



PREFEITURA DO RECIFE

FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

SCC:

VIGÊNCIA: 20/04/2015 a 19/04/2016

EXECUÇÃO: 20/04/2015 a 19/04/2016

FORNECEDOR: CNPJ: 02.535.040/0001-63

Empresa: DP-PAR PARTICIPAÇÃO INVESTIMENTOS E SERVIÇOS S.A.

ÓRGÃO

SECRETARIA DE GOVERNO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EDITORIAIS DE JORNAIS DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO PARA VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE LEGAL, COM O FIM DE TORNAR PÚBLICO OS ATOS OFICIAIS DAS ENTIDADES E ÓRGÃOS DA PREFEITURA DO RECIFE.

Contracto 049

[Handwritten signature]
Delly Ferreira Lira
Gestora Administrativa
Mat. 99.557-6
19/04/15

Solicitação de Autorização e Elaboração de Contrato Ordenador de



PREFEITURA DO

RECIFE

Contrato de Prestação de Serviços, nº 79, que entre si celebram o MUNICÍPIO DO RECIFE e a DP PAR – PARTICIPAÇÃO, INVESTIMENTOS E SERVIÇOS S.A, na forma abaixo.

O MUNICÍPIO DO RECIFE, entidade de direito público interno, sediado no Cais do Apolo, nº 925, no bairro do Recife, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.565.000/0001-92, doravante simplesmente denominado CONTRATANTE, com fulcro no Decreto Municipal nº 19.300, de 08.05.2002, devidamente representado pelo Secretário de Governo e Participação Social, Sr. SILENO SOUSA GUEDES, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF/MF sob o nº 519.713.564-68, portador da cédula de identidade nº 2.887.178-SSP/PE, e pelo Secretário de Finanças, em exercício, Sr. FERNANDO LINS DE ALBUQUERQUE, brasileiro, casado, auditor fiscal, inscrito no CPF/MF sob o nº 344.853.414-53, portador da cédula de identidade nº 1487608-SSP/PE, todos residentes e domiciliados nesta cidade, e do outro lado, a DP PAR – PARTICIPAÇÃO, INVESTIMENTOS E SERVIÇOS S.A, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.535.040/0001-63, com sede na Av. Conselheiro Aguiar, nº 4880, Loja 13, 1º andar, no bairro Boa Viagem, Recife/PE, representada neste ato pelo seu Diretor Presidente, Sr. JOEZIL DOS ANJOS BARROS, brasileiro, divorciado, Advogado e Jornalista, inscrito no CPF/MF sob o nº 000.673.264-04, portador da cédula de identidade nº 387.574 SSP/PE, residente e domiciliado na praça Fleming, nº 77, Ed. Hockenheim, apartamento 201, bairro da Jaqueira, e por seu procurador Sr. PAULO GUILHERME LOUREIRO FILGUEIRAS, brasileiro, casado, contador, inscrito no CPF/MF sob o nº 496.342.164-04, portador da cédula de identidade nº 2.711.072 SSP/PE, residente e domiciliado na Avenida Mário Álvares Pereira de Lira, nº 1435B, bairro da Iputinga, Recife/PE, celebram o presente instrumento com observância estrita de suas cláusulas, que em sucessivo, mútua e reciprocamente outorgam e aceitam, de conformidade com os preceitos de direito público, além dos especificadamente previstos na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se supletivamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidação determinada pelo art. 3º, da Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994 - D.O.U, datado de 09 de junho de 1994, vinculado ao Credenciamento nº 001/2015-CPLS, com fulcro no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, publicado no D.O.R, em 11.04.2015, e à Proposta da CONTRATADA, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: Constitui objeto deste instrumento a prestação de serviços de editoriais de jornais de grande circulação no Estado de Pernambuco para veiculação de publicidade legal, com o fim de tornar público os atos oficiais das Entidades e Órgãos da Prefeitura do Recife, em dias úteis e excepcionalmente, aos domingos e feriados, de acordo com as condições e especificações discriminadas no termo de referência em anexo ao edital, conforme tabela:





PREFEITURA DO

RECIFE

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	VALOR ESTIMADO R\$
01	Publicidade legal dias úteis cm/col	264.120,00
02	Publicidade legal aos domingos cm/col	13.392,00
TOTAL ESTIMADO		R\$ 277.512,00

PARÁGRAFO ÚNICO: Os acréscimos não previstos na caracterização do objeto, contido nesta cláusula, e necessários ao seu fiel cumprimento, só serão efetivados com base em Relatório do CONTRATANTE e mediante prévia e expressa autorização do Secretário solicitante, sob pena de nulidade, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

DA MODALIDADE/FORNECIMENTO/REGIME DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA: A modalidade de que trata este Contrato é a da execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

DO PREÇO/ CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLÁUSULA TERCEIRA: O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o preço global estimado de R\$ 277.512,00 (duzentos e setenta e sete mil, quinhentos e doze reais), ficando certo que o valor unitário de cm/col corresponderá a R\$ 223,20 (duzentos e vinte e três reais e vinte centavos), preço único para dias úteis e não úteis, conforme ata de sessão pública de credenciamento fls. 188 do processo em destaque.

§1º. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias, após a comprovação da prestação de serviços mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Contrato.

§2º. A Nota Fiscal/Fatura deve vir discriminando, entre outras informações (o veículo responsável pela publicação solicitada; o quantitativo de centímetro por coluna utilizado; o preço do centímetro por coluna praticado no mercado e o percentual de desconto concedido).

§3º. Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

DO PRAZO

CLÁUSULA QUARTA: O Contrato vigorará por 12 (doze) meses, tendo como termo de inicial o dia 20.04.2015 e termo final o dia 19.04.2016, podendo ser prorrogado conforme o art. 57, II da Lei Federal nº 8.666/93.

§1º. Na hipótese de prorrogação do Contrato e desde que o prazo da prestação dos serviços ultrapasse 12 (doze) meses, o reajuste deve ser pleiteado até a data da prorrogação contratual subsequente ao surgimento do direito ao reajuste, sob pena de perda do direito ao reajuste que seria devido até a prorrogação. O índice de reajuste será o Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, conforme Decreto Municipal 23.127/2007, art. 1º, inc. III c/c art. 5º, inc. I e III.



2





PREFEITURA DO

RECIFE

§2º. Na hipótese de alterações no objeto de que trata este Contrato, serão observadas as disposições do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA/EXECUÇÃO DO OBJETO

CLÁUSULA QUINTA: Os serviços serão executados de acordo com as exigências do Termo de Referência anexo I do Edital de Credenciamento.

DO RECEBIMENTO DO OBJETO

CLÁUSULA SEXTA: O objeto contratado será recebido pelo servidor responsável pelo atesto, na forma da legislação financeira municipal, nas seguintes condições:

- a) Recebimento provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bens/serviços com as especificações exigidas;
- b) Recebimento definitivo após a verificação da quantidade e da análise atestando a qualidade dos bens/serviços e sua conseqüente aceitação pela Administração.

PARÁGRAFO ÚNICO: O recebimento provisório ou definitivo do objeto contratado não exime a CONTRATADA da responsabilidade pelos vícios que possa apresentar, bem como da indenização que por ventura se originar de tais vícios.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

CLÁUSULA SÉTIMA: Os recursos alocados para a execução deste Contrato correrão à conta da Dotação Orçamentária nº 2501.04.131.2.160.2.156 - Elemento de Despesa nº 3.3.90.39 - Fonte: 0100.

DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

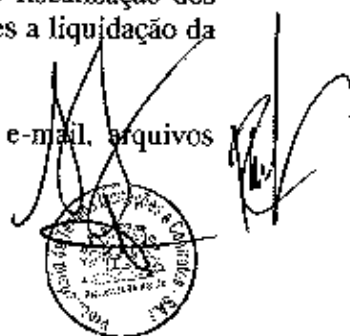
CLÁUSULA OITAVA: O regime jurídico deste Contrato confere ao CONTRATANTE as prerrogativas relacionadas no Art. 58 da Lei nº. 8. 666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA NONA: Constituí, no que couber, obrigações do CONTRATANTE, além das constantes nos arts. 66 e 67 da Lei nº 8.666/93, a comunicação, através do Serviço de Contabilidade, aos órgãos incumbidos de arrecadação e fiscalização dos tributos municipais, das características e dos valores pagos referentes a liquidação da despesa deste Contrato, além de:

- I) Fornecer os textos a serem publicados através de e-mail, arquivos digitais, ofícios, memorandos, ou fax;



3





PREFEITURA DO

RECIFE

- II) Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;
- III) Atestar o recebimento do serviço prestado, rejeitando-o caso não esteja de acordo com as especificações trazidas no Contrato;
- IV) Efetuar os pagamentos à CONTRATADA conforme previsto no Contrato, após o cumprimento das formalidades legais;
- V) Acompanhar a execução dos serviços e aplicar, quando necessárias, medidas corretivas e sanções legais;
- VI) Designar gestor para acompanhamento da execução do Contrato.

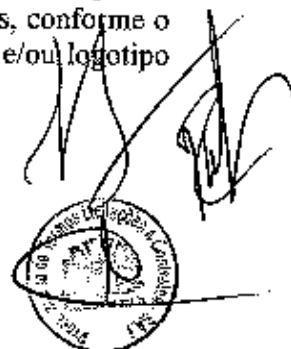
CLÁUSULA DÉCIMA: São conferidos à CONTRATADA os direitos relacionados no art.59, § 2º do art. 79 e art. 109 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Constituem obrigações da CONTRATADA, além das constantes dos artigos 55, XIII, 66, 68, 69, 70 e 71 da Lei nº 8.666/93, além de:

- I) Manter, durante toda execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sobretudo no que pertine à comprovação da inexistência de débitos perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, bem como junto ao INSS e FGTS, durante a vigência do Contrato;
- II) Receber os textos de segunda à sexta-feira, das 09:00 às 17:00 horas e efetuar as suas publicações na edição do primeiro dia seguinte, salvo quando a expressão "PUBLIQUE-SE EM" indicar outra data para publicação;
- III) A CONTRATADA não poderá, em hipótese alguma, alterar o conteúdo dos textos recebidos para publicação;
- IV) Fazer a diagramação e composição do texto a ser publicado, obedecendo ao que dispõe a Lei Federal nº 8.639/93, e a orientação da entidade municipal responsável pelas publicações oficiais, conforme o caso, com aposição, na sua parte superior, do "Brasão" e/ou logotipo do órgão governamental requisitante;



4





PREFEITURA DO

RECIFE

- V) Efetivar a republicação total dos textos solicitados, sem ônus para a CONTRATANTE, quando ocorrer erro de sua inteira responsabilidade;
- VI) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, obrigando-se a atender todas as reclamações a respeito da quantidade dos serviços prestados;
- VII) Levar imediatamente ao conhecimento da CONTRATANTE qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a vigência do Contrato, para adoção das medidas cabíveis;
- VIII) Cumprir as determinações contidas no Art. 1º da Lei Federal nº 8.639/93;
- IX) Designar preposto responsável pela execução do Contrato.

DA FISCALIZAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Compete à Secretaria de Governo e Participação Social a designação, mediante Termo específico, do servidor responsável para exercer a fiscalização e acompanhamento deste Contrato, competindo-lhe, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93, informar à Administração sobre eventuais vícios ou irregularidades, propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularidades das faltas e defeitos observadas, conforme o disposto neste Contrato, admitida participação de terceiros, para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

§1º. O servidor designado será responsabilizado por quaisquer atos omissivos ou comissivos praticados no desempenho de suas funções em desacordo com a Lei nº 8.666/93 ou aos termos e Cláusulas do presente Contrato, sujeitando-se às sanções previstas na referida Lei e nos regulamentos próprios, sem prejuízo das responsabilidades administrativa, civil e criminal que por culpa ou dolo tenha dado causa.

§2º. O servidor designado deverá tomar ciência de sua incumbência de fiscalização e acompanhamento contratual mediante Termo específico, no qual informará sua anuência com sua responsabilização administrativa, civil e criminal no caso das infrações mencionadas no Parágrafo anterior.



5





PREFEITURA DO

RECIFE

DAS ALTERAÇÕES

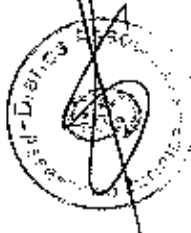
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: As alterações porventura necessárias ao fiel cumprimento do objeto deste Contrato serão efetivadas na forma e condições do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, formalizadas previamente por termo aditivo, que passará a integrar este Contrato.

DAS SANÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, a CONTRATADA ficará sujeita as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a previa e ampla defesa:

- a) Advertência;
- b) Multa;
 - b.1) 0,5 % (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor constante da Nota de Empenho, no caso de atraso injustificado na entrega do objeto, limitada a incidência a 30 (trinta) dias. Após o trigésimo dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - b.2) 20,0 % (vinte por cento) sobre o valor constante da Nota de Empenho, no caso de atraso por período superior ao previsto na alínea "b.1", ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - b.3) 30,0 % (trinta por cento) sobre o valor constante da Nota de Empenho, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 87º, IV da Lei nº 8.666/1993.

§1º. O valor da multa, aplicada após o regular processo Administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo Município do Recife a CONTRATADA ou cobrado judicialmente.





PREFEITURA DO

RECIFE

§2º. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" desta cláusula poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

§3º. As sanções previstas nas alíneas "c" e "d" desta cláusula também poderão ser aplicadas a CONTRATADA que tenha sofrido condenação definitiva por fraudar recolhimento de tributos, praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a administração.

§4º. Decorrido o prazo de defesa sem que a CONTRATADA se pronuncie ou se for considerada procedente a multa, o mesmo será notificado a escolher ao erário municipal o valor devido, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da notificação pela autoridade competente.

§5º. Uma vez recolhida a multa, e na hipótese de vir a CONTRATADA a lograr êxito em recurso que apresentar, o CONTRATANTE devolverá a quantia recolhida, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A inexecução total ou parcial deste Contrato dará ensejo à sua rescisão, assegurada a prévia defesa e observadas as disposições da Lei nº. 8.666/93, notadamente nos artigos 77 a 80, sem prejuízo das penalidades determinadas neste instrumento.

DO CREDENCIAMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: O presente instrumento contratual é decorrente do Credenciamento nº 001/2015-CPLS, com fulcro no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, publicado no D.O.R, em 11.04.2015, ratificado pelo Secretário Executivo de Administração, 31.03.2015.

DOS DOCUMENTOS

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Fazem parte integrante deste Contrato, independente de transcrição os seguintes documentos: o Ofício nº 222/2014-SEGOV, de 22.12.2014; Ofício nº 221/2014-SEGOV, de 22.12.2014, com autorização do Conselho de Política Financeira; CI nº 028/2014, da Secretária Executiva de Comunicação Institucional, de 26.12.2014; Termo de Referência, de 22.12.2014; Ofício nº 070/2015-SEGOV, de 16.04.2015; CI nº 007/2015, da Secretária Executiva de Comunicação Institucional, de 16.04.2015; Bloqueio de Saldo Orçamentário e Financeiro, nº 2015.25 01.5.63; Credenciamento nº 001/2015-CPLS, com fulcro no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, publicado no D.O.R, em 11.04.2015, ratificado pelo Secretário Executivo de Administração, 31.03.2015, e a Proposta da CONTRATADA.



7





PREFEITURA DO

RECIFE

DA PUBLICAÇÃO

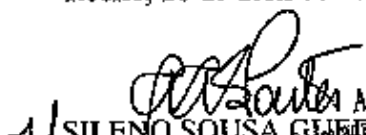
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: É de inteira responsabilidade do Ordenador de Despesas da Secretaria de Governo e Participação Social a tempestividade da publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial do Recife.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Fica desde já, declarado pelos CONTRATANTES, com base no § 2º. do art. 55 da Lei nº. 8.666/93, o Foro da Comarca do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, para dirimir as dúvidas ou questões suscitadas na execução deste Contrato.


E, por estarem de pleno acordo, firmam os CONTRATANTES o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e subscrevem, e rubricadas pelos presentes a este ato e ainda registrado em livro próprio da Secretaria de Assuntos Jurídicos, conforme dispõe o artigo 60 da Lei nº. 8.666/93.

Recife, 16 de abril de 2015.

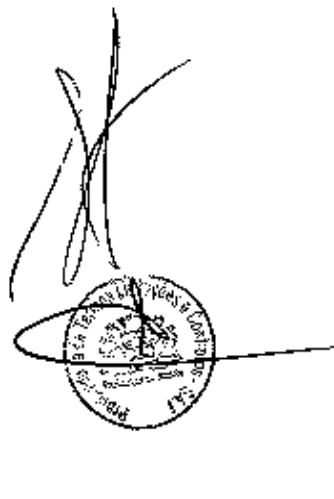

SILENO SOUSA GUERLEY
Secretário de Governo e Participação Social
Aurora Pontes
Secretária de Coordenação
da Gestão Social



FERNANDO LINS DE ALBUQUERQUE
Secretário de Finanças, em exercício


Luciano B. Gesteira
Secretário Executivo - SAJ
Mat. 96981-3
Portaria: Nº 414 de 14/11/2013








PREFEITURA DO

RECIFE

Contrato de Prestação de Serviços, nº 79, que
entre si celebram o MUNICÍPIO DO RECIFE e a
DP PAR – PARTICIPAÇÃO, INVESTIMENTOS
E SERVIÇOS S.A.


JOEZIL DOS ANJOS BARROS

DP PAR – Participação Investimentos e Serviços S.A
CONTRATADA



PAULO GUILHERME LOUREIRO FILGUEIRAS
Procurador

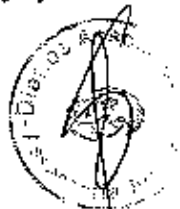
DP PAR – Participação Investimentos e Serviços S.A
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____
CPF/MF nº. _____

2. _____
CPF/MF nº. _____


Luciano B. Gesteira
Secretário Executivo - SAJ
Mat. 96981-3
Portaria: Nº 414 de 14/11/2013





PREFEITURA DO

RECIFE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 79, FIRMADO EM 16 DE ABRIL DE 2015.

Modalidade de Licitação: Credenciamento

Base Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93

Processo Licitatório: Credenciamento nº 001/2015-CPLS.

Contratantes: O MUNICÍPIO DO RECIFE/SECRETARIA DE GOVERNO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL E A DP PAR – PARTICIPAÇÃO, INVESTIMENTOS E SERVIÇOS S.A.

Objeto: A prestação de serviços de editoriais de jornais de grande circulação no Estado de Pernambuco para veiculação de publicidade legal, com o fim de tornar público os atos oficiais das Entidades e Órgãos da Prefeitura do Recife, em dias úteis e excepcionalmente, aos domingos e feriados, de acordo com as condições e especificações discriminadas no termo de referência em anexo ao edital, conforme tabela:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	VALOR ESTIMADO R\$
01	Publicidade legal dias úteis cm/col	264.120,00
02	Publicidade legal aos domingos cm/col	13.392,00
TOTAL ESTIMADO		R\$ 277.512,00

Preço Global: R\$ 277.512,00 (duzentos e setenta e sete mil, quinhentos e doze reais).

Prazo: De 12 (doze) meses, tendo como termo de inicial o dia 20.04.2015 e termo final o dia 19.04.2016, podendo ser prorrogado conforme o art. 57, II da Lei Federal nº 8.666/93.

Dotação Orçamentária: nº 2501.04.131.2.160.2.156 - Elemento de Despesa nº 3.3.90.39 - Fonte: 0100.

Nota de Empenho: nº 2015.00068.

Recurso Financeiro: Tesouro Municipal/Recursos Ordinários – Não Vinculados.

CON01590Ant/Mar



10

